



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE



Atirou no Brasil, vai acertar no estadunidense médio

Quem mais sofrerá com esse aumento expressivo das tarifas de importação será a economia dos EUA

O “raio tarifador” trumpista voltou com toda a força nesta semana, pouco mais de três meses após o patético Dia da Libertação. Nessa nova rodada, os alvos foram inúmeros países (Japão, Coreia do Sul, Brasil, Tailândia, Indonésia, África do Sul, dentre outros) e produtos específicos. As maiores tarifas adicionais, de 50%, foram aplicadas ao Brasil e ao cobre, com os demais países recebendo elevações de “apenas” 20% a 40%. Em tese, essas novas alíquotas começariam a vigorar a partir de agosto -mas talvez isso não aconteça, já que, como se diz por aí, TACO (sigla para “Trump Always Chickens Out” ou, em tradução, “Trump sempre volta atrás”).

Em abril, no Dia da Libertação, a tarifa adicional aplicada ao Brasil havia sido de “somente” 10%, já que, na fórmula totalmente sem sentido apresentada

naquele episódio, seriam penalizados os países com os quais os EUA mantinham déficits comerciais na balança de bens -e os EUA têm registrado superávits comerciais sistemáticos ante o Brasil há mais de 15 anos.

Assim, é simplesmente uma mentira o seguinte trecho da carta enviada ontem pelo governo dos EUA ao brasileiro: “Por favor, entenda que essas tarifas são necessárias para corrigir os muitos anos de políticas tarifárias e não tarifárias do Brasil e barreiras comerciais, causando esses déficits comerciais insustentáveis contra os Estados Unidos. Est e déficit é uma grande ameaça à nossa economia e, de fato, à nossa segurança nacional!”.

Vamos aos números: segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, considerando apenas a balança comercial

de bens, os EUA vêm registrando superávits sistemáticos com o Brasil desde 2008, acumulando um saldo favorável aos EUA de quase US\$ 166 bilhões (R\$ 920 bilhões) entre 2008 e 2024 (preços correntes). Levando em conta as transações de bens e serviços, os EUA têm registrado superávits com o Brasil desde 2007, com um saldo acumulado favorável a eles de US\$ 436 bilhões (R\$ 2,4 trilhões) entre 2007 e 2024.

Ou seja, na métrica “tosca” do governo Trump, que mede os benefícios do comércio de um país de uma forma mercantilista (superávit é ganho, déficit é prejuízo), seriam os EUA que estariam sendo “injustos” com o Brasil e não o contrário.

Não custa reforçar que essa é uma métrica totalmente equivocada, como argumentei em coluna anterior aqui na Folha:

ainda que venha acumulando déficits comerciais na balança de bens contra o resto do mundo há muitos anos, diversos estudos apontam que os EUA ganharam, e bastante, com a ampliação do comércio internacional (embora alguns grupos específicos tenham sofrido com isso, sobretudo os trabalhadores de alguns segmentos da manufatura).

Como diversos analistas vêm alertando, quem mais sofrerá com esse aumento expressivo das tarifas de importação, que deverão passar de cerca de 5% para algo entre 12% e 15% levando em conta uma média ponderada, serão os cidadãos norte-americanos e a economia dos EUA.

Embora esse tarifaço ainda não tenha afetado de forma significativa os preços dos produtos na maior economia do mundo, isso certamente ocorrerá: só não

aconteceu ainda pois houve uma explosão de importações no final de 2024 e nos primeiros meses deste ano, que permitiram a formação de um estoque de produtos sem essas tarifas adicionais.

Tendo consciência de que o custo de vida irá aumentar, uma parcela majoritária da população dos EUA não está satisfeita com a política comercial adotada por Trump: segundo o agregador de pesquisas Silver Bulletin, quase 54% dos norte-americanos desaprovam essa política, percentual bem acima dos 39% que aprovam. Trump está encomendando uma derrota para os republicanos nas eleições intermediárias para o Congresso que acontecerão nos EUA no final de 2026, além de estar dando força eleitoral para os políticos mundo afora que se posicionam contra ele (como já aconteceu no Canadá e na Austrália).

Pix Automático Banrisul

Receba pagamentos recorrentes com agilidade, segurança e sem burocracia.



SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200



Inflação fica acima das projeções em junho e estoura meta contínua pela primeira vez

/INFLAÇÃO

A inflação oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,24% em junho, levemente abaixo da taxa de 0,26% em maio, apontam dados divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O novo resultado, contudo, veio acima da mediana das projeções do mercado financeiro, que era de 0,20%, conforme a agência Bloomberg.

Com a taxa de junho, o IPCA acumulou alta de 5,35% em 12 meses, superior à variação de 5,32% até maio, informou o IBGE. Assim, o índice confirmou o primeiro estouro da meta contínua de inflação desde que o novo modelo entrou em vigor no País, em janeiro de 2025.

O descumprimento era aguar-

dado por analistas. No modelo contínua, o alvo é considerado descumprido quando o acumulado permanece por seis meses consecutivos de divulgação fora do intervalo de tolerância, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto). O centro da meta é 3%.

O IPCA ficou acima do teto de 4,5% nos seis primeiros de 2025. Agora, o presidente do BC (Banco Central), Gabriel Galípolo, terá de escrever nova carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicando os motivos do estouro.

Será a segunda manifestação de Galípolo. A primeira carta ocorreu após o estouro da meta no acumulado até dezembro de 2024. Até o final do ano passado, o BC se guiava pelo ano-calendário (janeiro a dezembro) para perseguir o alvo.

Houve oito anos de descumprimento no modelo anterior des-

de 1999, quando o regime de metas foi implementado -em um deles (2017), a variação ficou abaixo do piso. A mudança para o alvo contínuo, segundo o BC, está alinhada a experiências internacionais. A intenção é evitar que choques temporários possam causar o descumprimento do objetivo.

Sete dos nove grupos que integram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registraram altas de preços em junho, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira, 10.

Houve recuo apenas em Alimentação e bebidas, queda de 0,18%, impacto de -0,04 ponto percentual. A taxa de Educação ficou estável, 0,00% (ou seja, contribuição de 0,00 ponto percentual).

Na direção oposta, os preços subiram em Transportes (alta de 0,27%, impacto de 0,05 ponto percentual, Artigos de residência

(0,08%, impacto de 0,00 ponto percentual), Habitação (aumento de 0,99%, uma contribuição de 0,15 ponto percentual), Despesas pessoais (0,23%, impacto de 0,02 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (0,07%, impacto de 0,01 p.p.), Comunicação (0,11%, impacto de 0,01 ponto percentual) e Vestuário

(0,75%, impacto de 0,04 ponto percentual).

Em junho, 15 das 16 regiões investigadas pelo IBGE registraram altas de preços. O resultado mais elevado foi verificado em Rio Branco, alta de 0,64%, enquanto o mais baixo ocorreu em Campo Grande, com recuo de 0,08%.

Acumulado do IPCA ao longo de 12 meses

FONTE: IBGE

